

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

**DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA**

**PROGRAMA DE ENSINO**

**I. IDENTIFICAÇÃO**

**Curso**: Psicologia **Semestre**: 2016.2 **Turma**: 05319

**Disciplina**: PSI5628 Psicologia Jurídica

**Horas/aula semanais**: 3 **Horário**: 414203

**Professor**: Andréia Isabel Giacomozzi

 **Email**:agiacomozzi@hotmail.com

**II. EMENTA**

Psicologia Jurídica: aspectos históricos, objeto e domínios de intervenção. Estado da arte do conhecimento psicológico nas relações com a Justiça, o Direito e a Lei. Noções do Direito necessárias a formação e capacitação do psicólogo que atua no campo jurídico. O papel do psicólogo nas organizações da justiça. Psicologia Jurídica e Direito Civil. Psicologia Jurídica no âmbito da Infância e Juventude. Psicologia Jurídica e Direito de Família. Psicologia Jurídica e o Direito Penal. Métodos não-adversariais de resolução de conflitos. A perícia psicológica no contexto judiciário. Aspectos éticos e documentos legais em Psicologia Jurídica.

**III. OBJETIVOS**

Desenvolver competências e habilidades dos alunos para:

1. Identificar conceitos e fundamentos da ciência psicológica que contribuem na compreensão dos fenômenos jurídicos.
2. Delimitar o objeto e as áreas de abrangência da Psicologia Jurídica no contexto do Direito;
3. Distinguir as implicações técnico-científicas e éticas decorrentes da relação entre Psicologia e Direito;
4. Conhecer as diferentes possibilidades profissionais neste campo em organizações de justiça

**IV. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

* Psicologia Jurídica: aspectos históricos, objeto e domínios de intervenção
* A inserção do psicólogo na carreira juridical. Atribuições e Normas CRP
* Psicologia e Criminologia
* Pericia e Laudos Psicológicos- Avaliação Psicológica
* Direito de Família - Guarda Compartilhada
* Alienação Parental.
* Psicologia jurídica no âmbito da infância e juventude.
* Abuso sexual
* Medidas sócio-educativas (CREAS)
* Divorcio e Mediação Familiar
* Violência Doméstica – Políticas, leis, trabalho com vítimas e agressores
* Psicologia Policial
* Autópsia Psicológica

V**. BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

Alencar-Rodrigues; R. Cantera, L. (2012). **Violência de gênero em casais: Uma revisão teórica.** Revista Psico, 42, 1, 116-126. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/revistapsico/article/view/11106/7626>

Amendola, M. (2008). **As falsas denúncias de abuso sexual de pais contra filhos: caminhando na contramão.**

Brito, L. (Org.). (2011). **Famílias e separações: perspectivas da Psicologia Jurídica**. RJ: Eduerj, p. 159-186.

Barreto, N. A.; Silva, P. R. M. (\_\_\_). **Laudo psicológico? Reflexões ético-metodológicas sobre a dispersão das práticas psicológicas no judiciário.** Disponível em: <http://www.mnemosine.com.br/ojs/index.php/mnemosine/article/view/212/pdf_197>

Beiras, A. (2009). **Grupos de homens autores de violência - possibilidades de intervenções diante das recomendações propostas na lei Maria da Penha.** En S. L. R. Rovinski, & R. M. C. (Eds.). Psicologia jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção (pp. 129-144). São Paulo: Vetor Editora Psico-Pedagógica.

Beiras, A.; Moraes, M.; Alencar-Rodrigues, Cantera Espinosa, L. (2012). **Políticas e leis sobre violência de gênero – reflexões críticas.** Psicologia & Sociedade, 24(1), 36-45.

Brito, L. M. T. de ; Beiras, A. ; Oliveira, J. D. G. (2012). **Psicologia Jurídica: reflexões críticas sobre demandas emergentes e exigências profissionais.** Cuadernos de Psicologia, v. 14, p. 25-36, 2012. Disponível em: <http://www.quadernsdepsicologia.cat/article/view/1134/860>

Brito, L. M. T de. (2008) . **Diga-me agora... O depoimento sem dano em análise.** Psicologia Clínica, v. 20, p. 113-126, 2008.

Brito, L. M. T de. (2012). **Anotações sobre a Psicologia jurídica.**Psicologia Ciência e Profissão. 32, 194-205. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v32nspe/v32speca14.pdf>

Brito, L. M. T **de.; Gonsalves, E. N. (2013).** Guarda compartilhada: alguns argumentos e conteúdos da jurisprudência. Rev. direito GV,  São Paulo ,  v. 9, n. 1.   Available from <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322013000100011&lng=en&nrm=iso>>. access on  12  Feb.  2015.  http://dx.doi.org/10.1590/S1808-24322013000100011.

Costa, F. No.; Cruz, R. M. (2005). **Atuação de Psicólogos em Organizações de Justiça do Estado de Santa Catarina.** Em R. M. Cruz, S. K Maciel, D. C. Ramirez (org). O trabalho do Psicólogo no campo Jurídico (pp.19-40). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Cruz, R.; Maciel, S.; Ramirez, D. (orgs.). (2005). **O trabalho do psicólogo no campo jurídico.** São Paulo: Casa do Psicólogo.

Martins, S. Prado F, Kleber. (2012). **Relações arqueológicas entre criminologia e psicologia: a emergência de discursos e práticas**. Em: S. Martins, A. Beiras, R. M. Cruz (Orgs). Reflexões e experiências em Psicologia Jurídica no contexto criminal/penal. São Paulo: Vetor.

Martins, S.; Beiras, A.; Cruz, R. M. (2012). **Reflexões e experiências em Psicologia Jurídica no contexto penal/criminal.** São Paulo: Vetor.

Müller, F. G.; Beiras, A.; Cruz, R. M. (2007). **O trabalho do psicólogo na mediação de conflitos familiares: reflexões com base na experiência do serviço de mediação familiar em Santa Catarina.** Aletheia, n. 26, 2007. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n26/n26a16.pdf> Acesso em 12-02-2015.

Rovinski, S. L. (2004). **Fundamentos da perícia psicológica forense.** São Paulo: Vetor.

Rovinski, S. L. R. (2009). **Psicologia Jurídica no Brasil na América Latina: Dados Históricos e suas repercussões quanto a avaliação Psicológica.** Em Rovinski, Sonia Liane Reichert; Cruz, Roberto Moraes (Org.). Psicologia jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção.(pp.11-22). São Paulo: Vetor.

Rovinski, S. L. R.; Cruz, R. M. (2009). **Psicologia Jurídica – perspectivas teóricas e processos de intervenção.** São Paulo: Vetor.

Sousa, A.; Brito, L. (2011). **Síndrome de alienação parental: da teoria Norte-Americana à nova lei brasileira.** Psicologia Ciência e Profissão, vol.31, no.2, Brasília,, p. 268-283.

Soria-Verde, M. A. (2010).**La psicología policial**. Em: M. A. Soria-Verde. (org.). Manual de Psicologia Jurídica e investigación criminal (pp.167-188).Madrid: Psicología Pirámide.

**Resoluções do CFP:**

Sobre a realização de perícia, produção e análise de documentos: [http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-n%C2%BA-017-122.pdf](http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/01/Resolu%2525C3%2525A7%2525C3%2525A3o-CFP-n%2525C2%2525BA-017-122.pdf)

Sobre a escuta de crianças e adolescentes em situação de violência: [http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2010/07/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-010-10-com-parecer-sobre-suspens%C3%A3o-judicial.pdf](http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2010/07/Resolu%2525C3%2525A7%2525C3%2525A3o-CFP-010-10-com-parecer-sobre-suspens%2525C3%2525A3o-judicial.pdf)

Sobre a atuação do Psicólogo como perito e assistente técnico no poder Judiciário: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2010/07/resolucao2010_008.pdf>

Manual de elaboração de documentos escritos produzidos pelo Psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003_7.pdf>

VI**. REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES**

Andrade, C.R.de. (2009). **Os litígios conjugais à luz da psicanálise: da repetição sintomática à responsabilização subjetiva na prática da mediação de conflitos**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Orientadora: Márcia Stengel. Co-Orientadora: Ilka Franco Ferrari. Belo Horizonte, 2009. 133 f.

Beiras, A. Cantera, L. (2012). **Narrativas personales, construcción de masculinidades – aportaciones para la atención psicosocial a hombres autores de violencia.** Psico, 43 (2), 251-259.

Toneli, M. J. F., Lago, M. C. S., Beiras, A., & Clímaco, D. A. (2010). **Atendimento a homens autores de violência contra as mulheres: experiências latino americanas.** Florianópolis: UFSC/CFH/NUPPE.

Trindade, J. (2004). **Manual de Psicologia Jurídica.** Porto Alegre: Livraria do Advogado.

Huss, M. T. (2011). **Psicologia Forense – pesquisa, prática clínica e aplicações**. Porto Alegre: Artesmed.

Gonçalves, H. S.; Brandão, E. P. (2005). **Psicologia Jurídica no Brasil.** Rio de Janeiro: NAU.

Gomes, M. M. (2007). **Contribuição da Psicologia Policial ao gerenciamento de situações críticas: Um diálogo entre a Psicanálise e a Polícia.** Paraná: PUC-PR. Disponível em: <http://www.acadepol.sc.gov.br/index.php/download/doc_view/50-a-contribuicao-da-psicologia-policial-ao-gerenciamento-de-situacoes-criticas-um-dialogo-entre-a-psicanalise-e-a-policia>

Soria-Verde, M. A. (2011). **Manual de Psicología Jurídica, Forense y Criminal**. Barcelona: Universitat de Barcelona.

Soria-Verde, M. A. (2006). **Psicología Jurídica. Un enfoque criminólogo**. Madrid: Delta Publicaciones.